

Fiergs entrega documento de propostas a deputados eleitos

Entidade empresarial busca medidas para “reversão do processo de desindustrialização”

/ INDÚSTRIA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) apresentou, a 23 deputados estaduais eleitos, um documento com propostas da indústria para o crescimento do setor. A entidade reuniu parlamentares da legislatura que se inicia na Assembleia Legislativa a partir de fevereiro para um encontro em sua sede ontem. “Essa iniciativa de reuni-los serve para afirmar nossas convicções aos que vão estrear na tribuna do plenário, e mesmo para os políticos mais experientes, que retornam ao Parlamento”, disse o vice-presidente da federação, Cláudio Bier.

Em seu discurso, o presidente da Fiergs, Gilberto Petry, reforçou o que definiu como tradição da Fiergs de respeito à classe política e à democracia. “Quero reiterar o desejo de um Brasil em paz, unido e consciente de suas verdadeiras prioridades, que são educação e o crescimento industrial”, afirmou.

Aos deputados eleitos, a Fiergs defendeu a reversão do processo de desindustrialização. O documento apresentado pelo econo-



Federação apresentou prioridades durante reunião-almoço na sede

mista-chefe da entidade, André Nunes, contém cinco eixos essenciais que ressaltam a importância da indústria para o desenvolvimento: Educação com foco na formação de futuros profissionais; Adensamento das cadeias produtivas; Inovação e nova economia; Comércio Exterior com políticas de promoção e internacionalização das indústrias; e Competitividade e Eficiência do Estado garantindo atratividade de investimentos.

O documento foi elaborado pelo Grupo de Política Industrial da Fiergs, formado para estruturar propostas visando à retomada do crescimento econômico no Brasil e

Rio Grande do Sul, tendo a indústria como engrenagem central desse processo.

Em nível federal, Petry também defendeu a criação de uma pasta específica na Esplanada dos Ministérios para a indústria e o comércio. “Como já dizíamos ao (presidente Jair) Bolsonaro (PL), estamos dizendo ao presidente (eleito Luiz Inácio) Lula (da Silva, PT): Tem que ter o Ministério da Indústria e Comércio. Não pode ter o Ministério da Pesca, o Ministério das Mulheres e não ter o Ministério da Indústria e Comércio, que representa 22% do Produto Interno Bruto (PIB) da nação”, declarou aos

parlamentares gaúchos.

De acordo com dados apresentados pela federação, a indústria representa 22,2% do PIB nacional. Segundo a Fiergs, a cada R\$ 1,00 produzido pelo setor, R\$ 2,43 são gerados na economia.

Nas exportações, 78,3% dos US\$ 163,8 bilhões vendidos no mercado internacional pelo Brasil em 2021 foram gerados pela indústria, que também é responsável por 9,7 milhões de empregos formais - 20,4% do total do País. Neste contexto, a indústria gaúcha responde por 6,8% do PIB nacional, 8% dos empregos formais e 6,4% das vendas externas. No Estado, a indústria abrange 22,4% do PIB, 26,3% dos empregos formais e 74,5% das exportações.

“Sei que está na moda falar do agronegócio e dos número no PIB do agro, que chega a 30%, 35% (do PIB) dependendo da estimativa. Agora, o PIB da agropecuária no Brasil é menos que 8%. Quando a gente coloca agronegócio, a gente está colocando os produtos industriais e serviços especializados. Então aquela cadeia que o Brasil se destaca no mundo é (construída) fundamentalmente com inputs industriais, oferecendo insumos para a indústria”, disse André Nunes.

Reajuste de 7,7% no piso está ‘bem colocado’, diz Petry

/ TRABALHO

Mesmo sendo contra a existência de um salário-mínimo regional no Rio Grande do Sul, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Gilberto Petry, não se coloca como um opositor ao reajuste de 7,7% no piso estadual, proposta do governo do Estado que está em debate na Assembleia Legislativa.

“Somos contra o mínimo. Existem só cinco estados que têm. Isso foi feito numa época que ainda não tinha esses crescimentos que vieram depois acima da inflação no salário-mínimo. Mas isso foi perdendo efeito, porque o piso de algumas categorias são maiores que o regional. Então até achamos que está bem colocado. Deixa o 7,7% e ponto final”, afirmou Petry, após encontro com parte dos deputados estaduais eleitos, que assumem cadeira no Legislativo a partir de fevereiro de 2023.

A entidade é historicamente contrária à existência de um salário-mínimo regional por entender que o piso estadual gera perda de competitividade perante outros estados e dificulta a atração de investimento externo e a abertura de novas empresas.

Por outro lado, centrais sindicais do Estado pressionam o governo por um aumento no índice de reajuste.

MP sustenta tese de assassinato em julgamento do caso Eliseu Santos

/ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O segundo dia de júri do caso Eliseu Santos (PTB), então secretário municipal de Saúde e ex-vice-prefeito de Porto Alegre, começou ontem com a promotora de Justiça, Lúcia Helena Callegari, apresentando a tese de acusação do Ministério Público (MP). A tese é de que Eliseu Santos foi assassinado a mando dos donos da empresa de vigilância Reação. A promotora citou supostas desavenças entre o réu Marcelo Pio Machado e Eliseu: “A vítima fez ocorrência em 15/5/2009 dizendo que havia sido ameaçada de morte por um motoqueiro, no trânsito, quando levava a filha para a escola.”

O primeiro dia de júri foi na terça-feira e contou com o depoimento

do governador Ranolfo Vieira Júnior (PSDB), que era delegado e diretor do Departamento Estadual de Investigação Criminal, na época do ocorrido, em 26 de fevereiro de 2010. O governador disse lembrar do caso e comentou a polêmica envolvendo incongruências entre as conclusões da Polícia Civil e do MP. “Não é primeira vez que a Polícia tem uma conclusão, MP outra e o Judiciário outra. Isso é do nosso sistema legal, processual”.

Na época, a Polícia Civil apontou crime de latrocínio, enquanto que o MP sustentou que foi o político foi assassinado por vingança por ter sustado o contrato com a Reação, suspeita de um esquema de desvio de recursos na pasta da Saúde. A empresa era responsável pela segurança de postos de saúde municipais.

Câmara aprova moção de repúdio contra ministro Alexandre de Moraes

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Nikelly de Souza

politica@jornaldocomercio.com.br

A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou uma moção de repúdio ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A justificativa utilizada pelos parlamentares é a de que o magistrado cometeu atos de censura contra jornalistas e ativistas políticos enquanto exercia a função de relator do Inquérito das Fake News.

A temática nacional repercutiu em debates acalorados na casa. Protocolada pelos vereadores Ramiro Rosário (PSDB), Alexandre Bobadra (PSL), Felipe Camozzato (Novo), Fernanda Barth (PSC), Comandante Nádia (PP) e

Mari Pimentel (Novo), a moção foi aprovada com 17 votos favoráveis e 10 contrários.

Comandante Nádia disse que a “moção tem um propósito único que é dizer para o ministro que as pessoas têm liberdade, que as pessoas ainda vivem em um país democrático”. Fernanda Barth (PSC) citou a Constituição. “Aqueles que prometem ser os guardiões da Constituição Federal não podem ser os primeiros a ignorá-la. Vivemos em um verdadeiro Estado de exceção, com direitos sendo descumpridos diariamente”.

Laura Sito (PT), por outro lado, saiu em defesa do Supremo. “O STF tem tentado impedir uma escalada golpista (...) e que nós estamos tentando defender é a garantia dos princípios democráticos no Brasil”, sustentou.

Jogos da Copa mudam horário presencial no TRE

/ JUSTIÇA ELEITORAL

Devido aos jogos da Seleção na Copa do Mundo, será alterado o expediente de atendimento presencial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em todo o Rio Grande do Sul. Nesta quinta-feira, o atendimento ocorrerá das 8h30min às 14h30min. No dia 28 de novembro, o expediente será das 8h às 12h. Por fim, no dia 2 de dezembro, o horário será novamente das 8h30min às 14h30min. A orientação segue o disposto em portaria do TRE. Nas demais datas, o atendimento presencial da Justiça Eleitoral funcionará normalmente.

Os canais virtuais de atendimento seguem em pleno funcionamento todos os dias.